



Publicada no
Diário Oficial da União,
Seção 1, em 27/5/2010.

Supremo Tribunal Federal

PORTARIA Nº 136 , DE 24 DE MAIO DE 2010

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, com base no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2010, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A stylized, handwritten signature in black ink, consisting of several sharp, intersecting lines.

Ministro CEZAR PELUSO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAI/09 A ABR/10

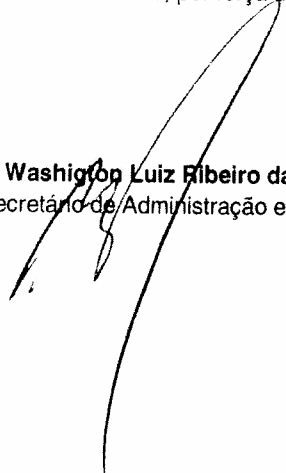
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

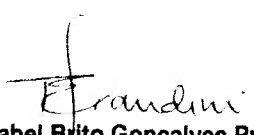
R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	274.005	15.327
Pessoal Ativo	182.211	14.560
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	357	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	181.854	14.560
Pessoal Inativo e Pensionistas	91.794	767
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	91.794	767
Outras despesa de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	92.213	11.642
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	357	-
Despesas de Exercícios Anteriores	673	11.605
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	91.183	36
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	181.792	3.685
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	185.477	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	468.699.862	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,039573%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,073726%	345.554
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,070040%	328.276
FONTE: SIAFI E PORTARIA 82/2005 - STF		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


Washington Luiz Ribeiro da Silva
Secretário de Administração e Finanças


Edna Isabel Brito Gonçalves Prandini
Secretária de Controle Interno


Albides Diniz da Silva
Diretor-Geral